MACEDO DE CAVALEIROS

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

SETEMBRO DE 2016

www.cm-macedodecavaleiros.pt

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3
2. PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA 5
   2.1 Abertura 6
   2.2 Publicitação e Divulgação 6
      2.2.1 Diário da República 7
      2.2.2 Comunicação Social 7
      2.2.3 Página eletrónica do Município de Macedo de Cavaleiros 9
      2.2.4 Sessão Pública de Apresentação 11
      2.2.5 Cartazes e Panfletos 12
3. MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO 14
4. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA 16
   4.1 Temas abordados na Sessão de Apresentação Pública 17
   4.2 Resultados da Participação Pública 18
   4.3 Parecer do IHRU 19
5. NOTA CONCLUSIVA 20

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG 1 PUBLICITAÇÃO DA ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA 7
FIG 2 PUBLICITAÇÃO DO AVISO DE DISCUSSÃO PÚBLICA EM JORNAL NACIONAL 8
FIG 3 EXEMPLO DE NOTÍCIA PRODUZIDA PELA COMUNICAÇÃO SOCIAL 8
FIG 4 PÁGINA ELETRÓNICA DO MUNICÍPIO 9
FIG 5 NOTÍCIA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO 10
FIG 6 SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO 11
FIG 7 CARTAZ E PANFLETO INFORMATIVO 13
FIG 8 FICHA DE APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS 15

1. INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Ponderação de Discussão Pública do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Área de Reabilitação Urbana de Macedo de Cavaleiros, doravante designado como PERU de Macedo de Cavaleiros.

O Projeto de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da cidade de Macedo de Cavaleiros foi aprovado na reunião da Câmara Municipal do dia 8 de agosto de 2016. No cumprimento de todos os procedimentos legais decorrentes do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 agosto, foi aberto um período de discussão pública, com aviso publicado na 2ª série do Diário da República no dia 11 de agosto de 2016.

Assim, foi aberto um período para a discussão pública dos documentos aprovados, no período de 22 de agosto a 16 de setembro do corrente ano, possibilitando e incentivando a participação de todos os interessados neste processo.

Toda a informação integrante do processo de discussão pública foi amplamente divulgada pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, obedecendo a um plano de comunicação integrado que procurou chegar ao maior número de pessoas interessadas. Além dos procedimentos habituais de publicação de toda a informação na página institucional do Município em www.cm-macedodecavaleiros.pt, e divulgação na comunicação social, esteve bem presente uma preocupação de chegar ao maior número de pessoas através de recurso a outros mecanismos de informação, tais como a criação de cartazes e panfletos próprios.

Em simultâneo com os procedimentos anteriores, foi também solicitado a emissão de parecer ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), nos temos do RJRU.

2. PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

2 PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

2.1 Abertura

A abertura do período de Discussão Pública do PERU de Macedo de Cavaleiros foi tornada pública com a publicação do Aviso n.º 9967-A/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série – N.º 154 – 11 de agosto de 2016.

O período de Discussão Pública, com início no 5.º dia útil posterior à publicação do referido Aviso em Diário da República e com a duração de 20 dias úteis, ocorreu entre 22 de agosto e 16 de setembro de 2016, dando cumprimento ao disposto no RJIGT.

A Câmara Municipal, desde a primeira hora, teve a preocupação de disponibilizar toda a documentação necessária para consulta a todos os interessados, recorrendo aos mais diversos mecanismos de divulgação.

2.2 Publicitação e Divulgação

Os procedimentos a seguir para a publicitação e divulgação do período de Discussão Pública encontram-se regulados no RJIGT, cabendo à Câmara Municipal e aos seus serviços a sua materialização. Neste sentido, e tendo em vista promover o maior envolvimento de todos os cidadãos neste importante processo, o PERU de Macedo de Cavaleiros, o Projeto de ORU, o seu Período de Discussão Pública e o respetivo modo de participação, foram publicitados de amplas formas, resumidas nos seguintes procedimentos:

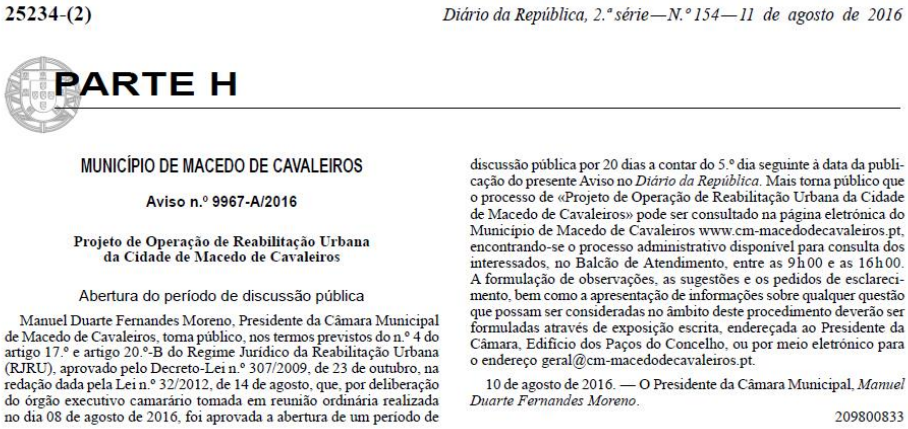
- Publicação em Diário da República, através do Aviso nº 9967-A/2016;
- Publicitação e Divulgação na Câmara Municipal;
- Divulgação de toda a documentação na página institucional do Município de Macedo de Cavaleiros;
- Agendamento da sessão pública de esclarecimentos;
- Produção e distribuição de cartazes e panfletos específicos.

Tal como referido anteriormente, todas as peças integrantes deste processo foram disponibilizadas na página institucional do Município em www.cm-macedodecavaleiros.pt, conforme explanado no Aviso de publicação em Diário da República, bem como nas instalações da Câmara Municipal, nomeadamente no Balcão de Atendimento ao Público.

2.2.1 Diário da República

A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros tornou público, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 77.º do RJIGT por remissão do n.º 4 do artigo 17.º do RJRU, a deliberação que deu origem à abertura do período de discussão pública.

O Aviso nº 9967-A/2016 publicado na 2.ª série do Diário da Republica do dia 11 de agosto de 2016 balizou o período de discussão pública, sendo o mesmo de 20 dias úteis, contados a partir do 5.º dia útil após a data da publicação no Diário da República assim decorrendo entre 22 de agosto e 16 de setembro de 2016.



25234-(2) *Diário da República, 2.ª série — N.º 154 — 11 de agosto de 2016*

PARTE H

MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS

Aviso n.º 9967-A/2016

Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Cidade de Macedo de Cavaleiros

Abertura do período de discussão pública

Manuel Duarte Fernandes Moreno, Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, torna público, nos termos previstos do n.º 4 do artigo 17.º e artigo 20.º-B do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária realizada no dia 08 de agosto de 2016, foi aprovada a abertura de um período de discussão pública por 20 dias a contar do 5.º dia seguinte à data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*. Mais torna público que o processo de «Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Cidade de Macedo de Cavaleiros» pode ser consultado na página eletrónica do Município de Macedo de Cavaleiros www.cm-macedodecavaleiros.pt, encontrando-se o processo administrativo disponível para consulta dos interessados, no Balcão de Atendimento, entre as 9h00 e as 16h00. A formulação de observações, as sugestões e os pedidos de esclarecimento, bem como a apresentação de informações sobre qualquer questão que possam ser consideradas no âmbito deste procedimento deverão ser formuladas através de exposição escrita, endereçada ao Presidente da Câmara, Edifício dos Paços do Concelho, ou por meio eletrónico para o endereço geral@cm-macedodecavaleiros.pt.

10 de agosto de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Duarte Fernandes Moreno*.

209800833

FIG 1 PUBLICITAÇÃO DA ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA

2.2.2 Comunicação Social

O Período de Discussão Pública do PERU de Macedo de Cavaleiros foi divulgado no jornal Correio da Manhã, editado a 19 de agosto, através de cópia do Aviso publicado em Diário da República.

Há ainda a salientar o interesse noticioso que esta temática mereceu na comunicação social local, regional e nacional, com a difusão de uma grande quantidade de notícias.

Município de Macedo de Cavaleiros

Câmara Municipal

AVISO

DISCUSSÃO PÚBLICA - PROJETO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE MACEDO DE CAVALEIROS

Manuel Duarte Fernandes Moreno, Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, torna público, que a Câmara Municipal deliberou na reunião do dia 08 de agosto de 2016, aprovar e submeter a apreciação pública o Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Cidade de Macedo de Cavaleiros.

O aviso relativo à discussão pública foi publicada na 2.ª série do Diário da República no dia 11.08.2016.

Nestes termos, o prazo para apreciação pública é de 20 dias úteis, contados a partir do 5.º dia após a data da publicação do aviso no Diário da República, de acordo com o n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 19 de maio, aplicável por remissão do n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual.

Irá ser realizada uma sessão pública de esclarecimento no dia 1 de setembro de 2016, pelas 21h00, no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros - Sala de conferências.

Os interessados poderão consultar a referida deliberação e os documentos que a integram, bem como o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Cidade de Macedo de Cavaleiros na página eletrónica do município de Macedo de Cavaleiros www.cm-macedodecavaleiros.pt, encontrando-se o processo administrativo disponível para consulta dos interessados, no Balcão de Atendimento, entre as 9h00 e as 16h00.

Os interessados deverão endereçar por escrito as suas reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos, dentro do prazo referido ao Presidente da Câmara Municipal, Edifício dos Paços do Concelho, ou por meio eletrónico para o endereço geral@cm-macedodecavaleiros.pt.

Paços do Município de Macedo de Cavaleiros, 16 de agosto de 2016

O Presidente da Câmara Municipal - Manuel Duarte Fernandes Moreno

FIG 2 PUBLICITAÇÃO DO AVISO DE DISCUSSÃO PÚBLICA EM JORNAL NACIONAL

01-09-2016 às 05:38 0

Autarca quer transformar Macedo de Cavaleiros na «cidade das pessoas»

Tweet

Share

O presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, Duarte Moreno, quer transformar, em quatro anos, a sede do concelho numa «cidade das pessoas» com um investimento superior a 10 milhões de euros em reabilitação urbana.

Os projetos para o objetivo constam do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), em discussão pública até 16 de setembro, e que é apresentado publicamente hoje à noite, contemplando, além dos investimentos públicos, vários benefícios fiscais para os particulares que fizerem intervenções urbanísticas.

O autarca do município do distrito de Bragança disse à Lusa que não vai fazer tudo o que pretendia por ter que adaptar a intervenção às diretrizes e aos nove milhões de fundos comunitários do programa Norte 2020, mais 1,5 milhões de investimento municipal.

Diário Digital / Lusa

FIG 3 EXEMPLO DE NOTÍCIA PRODUZIDA PELA COMUNICAÇÃO SOCIAL

2.2.3 Página eletrónica do Município de Macedo de Cavaleiros

No separador destinado aos assuntos em Discussão Pública foi depositada toda a documentação existente no âmbito do PERU de Macedo de Cavaleiros. Além deste procedimento, foram também desenvolvidas duas notícias destacadas no website: uma aquando da abertura do período de discussão pública, a outra aquando da realização da Sessão Pública de Apresentação.

FIG 4 PÁGINA ELETRÓNICA DO MUNICÍPIO

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO URBANA APRESENTADO AOS MACEDENSES. MACEDO DE CAVALEIROS – UMA CIDADE PARA AS PESSOAS

02 setembro 2016

O objetivo é o de tornar a cidade de Macedo de Cavaleiros mais atrativa e focalizada nas pessoas. O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), em período de discussão pública, foi esta quinta-feira apresentado aos Macedenses, numa sessão muito participada e pautada por diversas intervenções e sugestões da população.

O facto mereceu destaque do Presidente da Câmara Municipal que elogiou a assistência "pela grande participação e o interesse demonstrado pelo futuro da terra. Este programa é só mais um mecanismo para virarmos a cidade para as pessoas e, sendo elas as grandes beneficiárias e, até, os mais importantes 'vendedores' de Macedo de Cavaleiros interna e externamente, as suas ideias são muito importantes para nós levarmos por diante esta missão".

A sessão foi conduzida pelo autarca, contando com as apresentações de João Medina da SPI, empresa responsável pela elaboração do PERU e focou a sua intervenção na reabilitação urbana; Rafael Montes da ProAsolutions, focado na mobilidade sustentável; e Manuel Miranda, Secretário-Geral da Associação de Municípios da Terra Quente, que apresentou o projeto para o Bairro de São Francisco de Assis no âmbito do PAICD – Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas.

O PERU de Macedo de Cavaleiros beneficia de um financiamento comunitário contratualizado superior a 9 Milhões de Euros. "É um financiamento bom, comparativamente com cidades da mesma dimensão e até relativamente a cidades com muito mais população. Macedo de Cavaleiros conseguiu um financiamento acima da média", avaliou João Medina, considerando que não sendo suficiente para o programa global, deu algum conforto para o estabelecimento de prioridades ao nível dos projetos delineados.

Paragem de autocarros a arrancar

E a prioridade é já a construção do edifício de apoio ao interface modal de Macedo de Cavaleiros, na atual localização no Bairro da Bela Vista. A construção do edifício que integra as bilheteiras, instalações sanitárias e sala de espera, já foi adjudicada, prevendo-se que esteja concluído até final de outubro. É a primeira fase de um projeto que consumará um interface modal, com ligação "a outros transportes, como os táxis, as bicicletas, aproveitando as redes de ciclovias a criar, ou até um possível futuro autocarro urbano", referiu Rafael Montes.

Para o arquiteto, a atual localização "é a solução adequada para o conceito pretendido que é o mais ajustado e melhor adaptado à realidade de Macedo de Cavaleiros e ao volume de transportes. É a solução comummente aceite pela população e, por outro lado, é um ponto de consenso também para os operadores que vêm aquela como a localização preferível."

PERU muito mais que um programa de intenções

O programa apresentado é, na ótica do Presidente da Câmara Municipal, "um compromisso do Município para os próximos anos, no âmbito do quadro de apoio comunitário, tendo como prioridade a concretização destes investimentos públicos e promovendo um incentivo para que também os cidadãos o façam nas suas habitações". Duarte Moreno reconhece que "não será possível concretizar tudo isto com a rapidez com que desejávamos. Mesmo a definição deste compromisso assumido com o PERU foi sucessivamente adiado pelos atrasos também na contratualização dos apoios. E agora faltam ainda abrir as janelas de candidaturas a esses mesmos apoios. Falamos de um quadro 2014/2020, mas certo é que estamos agora no último semestre de 2016 e oportunidades a este nível ainda não apareceram", lamentou.

O próximo ano, em maio, é o período apontado para as candidaturas. Com isso, o autarca espera poder ainda em 2017 arrancar com a intervenção no Mercado Municipal, ao mesmo tempo que avançaram as intervenções previstas no âmbito da mobilidade sustentável, particularmente as redes de ciclovias e as requalificações das Ruas Gil Vicente, Eça de Queirós e Largo da Estação. "Também será possível arrancar com a requalificação que mudará a face do Bairro de São Francisco, assim como o processo que permita a realização do Parque Urbano. Este é mais moroso, dado que há todos os passos negociais com os proprietários dos terrenos antes de avançar para a sua realização" disse Duarte Moreno.

Pela centralidade, João Medina classifica o Parque Urbano como um projeto essencial para a requalificação urbana. "Atualmente, aquele espaço divide a cidade, ao concretizar o parque, a cidade parece que será cozida, ou seja, agregada nos seus diferentes núcleos, aproximando o que hoje parece longe", referiu.

Crescimento Comercial

O conjunto de intervenções são consideradas importantes melhorar a qualidade de vida das pessoas, reforçando as condições de competitividade da cidade, em especial ao nível do seu tecido económico. "Macedo de Cavaleiros sempre foi uma terra de comerciantes, por muito que custe, nunca foi uma terra de estudantes, mas foi sempre uma terra de muito e bom comércio" considera o edil.

Como tal, o autarca pretende reforçar "a atratividade da cidade, beneficiando da sua localização privilegiada, que já atrai pessoas de concelhos vizinhos. Temos extraordinários comerciantes, sempre preocupados em servir bem, os jovens também deverão trazer novas ideias, agregando a ideia de 'centro comercial sem paredes'. Uma cidade mais virada para as pessoas, vai trazer mais gente para as ruas, mais oportunidades de negócio, a que se somaram as iniciativas culturais, como já fazemos, um trabalho conjunto com os comerciantes um marketing externo capaz de atrair ainda mais."

FIG 5 NOTÍCIA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO

2.2.4 Sessão Pública de Apresentação

A Sessão Pública de Apresentação decorreu no dia 1 de setembro de 2016, pelas 21:00 H, no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros. A realização da mesma, que mereceu uma participação da população a todos os níveis assinalável, possibilitou o esclarecimento de dúvidas e a apresentação de algumas ideias para o Projeto da ORU.

Todos os elementos da Câmara Municipal que exercem funções a tempo inteiro estiveram presentes, assim como os Srs. Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros e da Assembleia Municipal, cabendo a orientação dos trabalhos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Dr. Duarte Moreno.

A sessão realizou-se com as intervenções de João Medina da SPI, empresa responsável pela elaboração do PERU, que focou a sua intervenção na reabilitação urbana; Rafael Montes da ProAsolutions, focado na mobilidade sustentável; e Manuel Miranda, Secretário-Geral da Associação de Municípios da Terra Quente, que apresentou o projeto para o Bairro de São Francisco de Assis no âmbito do PAICD – Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas.

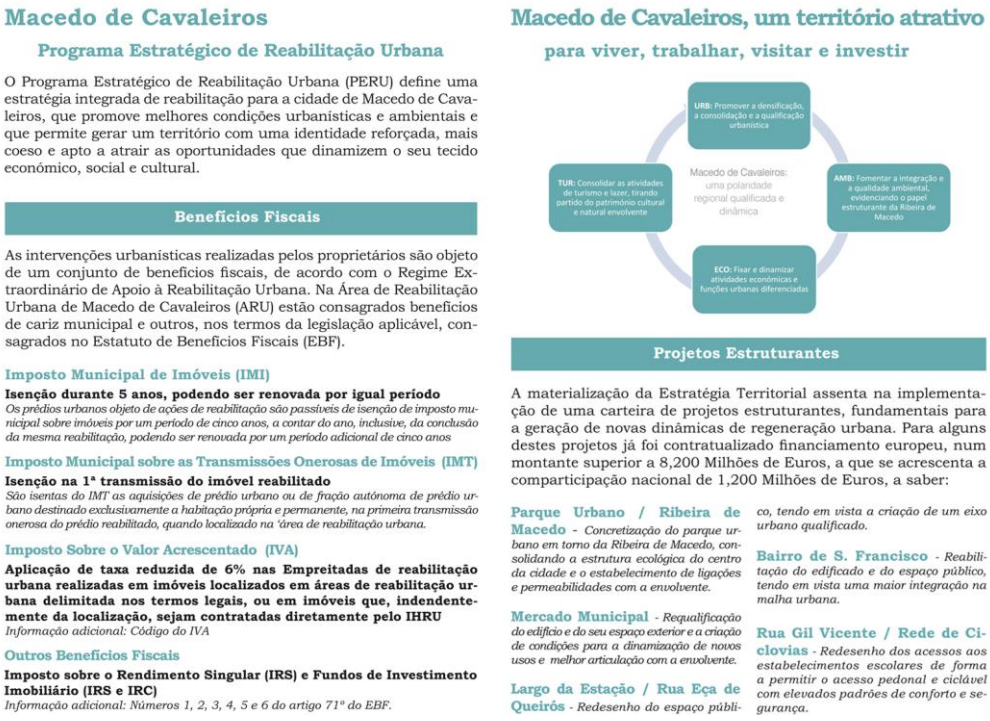
Posteriormente a estas apresentações, foi aberto um período de debate e de apresentação de ideias, com a prestação de todos os esclarecimentos solicitados.

FIG 6 SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO

2.2.5 Cartazes e Panfletos

O período de discussão pública bem como a sessão pública de esclarecimentos foram também divulgados através da afixação e distribuição de cartazes e panfletos em locais públicos.

Estes suportes informativos continham informação não só do período da discussão pública, como também da sessão pública de esclarecimentos, assim como de todo o PERU de Macedo de Cavaleiros, sintetizando a informação essencial para o cidadão.



Macedo de Cavaleiros

Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) define uma estratégia integrada de reabilitação para a cidade de Macedo de Cavaleiros, que promove melhores condições urbanísticas e ambientais e que permite gerar um território com uma identidade reforçada, mais coeso e apto a atrair as oportunidades que dinamizem o seu tecido económico, social e cultural.

Benefícios Fiscais

As intervenções urbanísticas realizadas pelos proprietários são objeto de um conjunto de benefícios fiscais, de acordo com o Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana. Na Área de Reabilitação Urbana de Macedo de Cavaleiros (ARU) estão consagrados benefícios de cariz municipal e outros, nos termos da legislação aplicável, consagrados no Estatuto de Benefícios Fiscais (EBF).

Imposto Municipal de Imóveis (IMI)

Isenção durante 5 anos, podendo ser renovada por igual período
Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de imposto municipal sobre imóveis por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)

Isenção na 1ª transmissão do imóvel reabilitado
São isentas do IMT as aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na área de reabilitação urbana.

Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Aplicação de taxa reduzida de 6% nas Empreitadas de reabilitação urbana realizadas em imóveis localizados em áreas de reabilitação urbana delimitada nos termos legais, ou em imóveis que, independentemente da localização, sejam contratadas diretamente pelo IHRU
Informação adicional: Código do IVA

Outros Benefícios Fiscais

Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) e Fundos de Investimento Imobiliário (IRS e IRC)
Informação adicional: Números 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do artigo 71º do EBF.

Macedo de Cavaleiros, um território atrativo

para viver, trabalhar, visitar e investir

Projetos Estruturantes

A materialização da Estratégia Territorial assenta na implementação de uma carteira de projetos estruturantes, fundamentais para a geração de novas dinâmicas de regeneração urbana. Para alguns destes projetos já foi contratualizado financiamento europeu, num montante superior a 8,200 Milhões de Euros, a que se acrescenta a comparticipação nacional de 1,200 Milhões de Euros, a saber:

Parque Urbano / Ribeira de Macedo - *Concretização do parque urbano em torno da Ribeira de Macedo, consolidando a estrutura ecológica do centro da cidade e o estabelecimento de ligações e permeabilidades com a envolvente.*

Mercado Municipal - *Requalificação do edifício e do seu espaço exterior e a criação de condições para a dinamização de novos usos e melhor articulação com a envolvente.*

Largo da Estação / Rua Eça de Queirós - *Redesenho do espaço público, tendo em vista a criação de um eixo urbano qualificado.*

Bairro de S. Francisco - *Reabilitação do edificado e do espaço público, tendo em vista uma maior integração na malha urbana.*

Rua Gil Vicente / Rede de Ciclovias - *Redesenho dos acessos aos estabelecimentos escolares de forma a permitir o acesso pedonal e ciclável com elevados padrões de conforto e segurança.*

ARU de Macedo de Cavaleiros

A Área de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade de Macedo de Cavaleiros corresponde a cerca de 130 hectares. Integra um conjunto de 920 edifícios, a que corresponde uma população residente de 3.020 habitantes, de acordo com os dados dos Censos de 2011.

A ARU contempla as principais zonas consideradas críticas para a reabilitação urbana em Macedo de Cavaleiros, concentrando grande parte das áreas com problemas de degradação ou obsolescência dos edifícios, os principais equipamentos de uso coletivo e elementos patrimoniais relevantes, as áreas mais dinâmicas da cidade, assim como um conjunto alargado de espaços públicos com necessidades de qualificação e valorização.

LEGENDA: Limite da ARU de Macedo de Cavaleiros (130,75 ha)

www.cm-macedodecavaleiros.pt

FIG 7 CARTAZ E PANFLETO INFORMATIVO

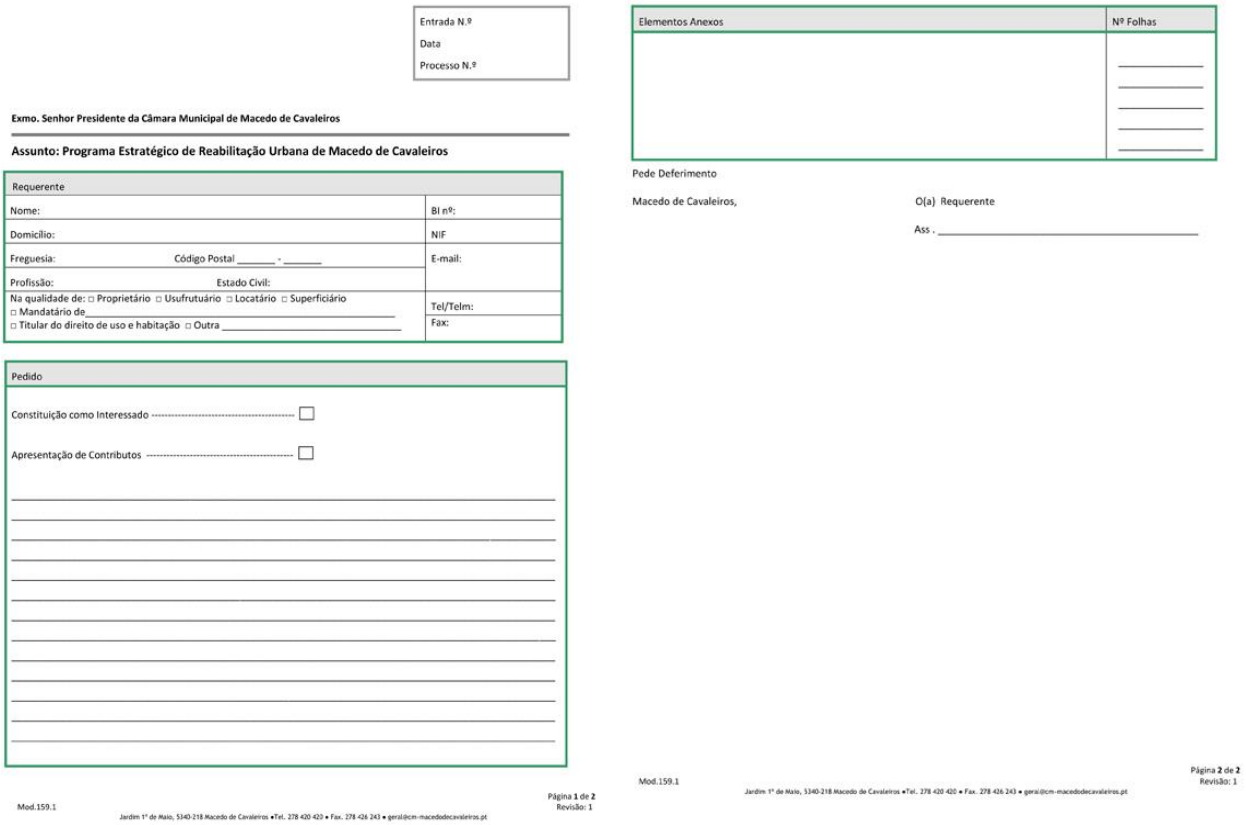
3. MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO

3 MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO

Ao longo do período de discussão pública do PERU de Macedo de Cavaleiros, os cidadãos puderam consultar todos os documentos constantes no Balcão de Atendimento na Câmara Municipal, onde, sempre que solicitado, era disponibilizado o atendimento técnico necessário, no horário de funcionamento das 09:00H às 16:00H.

Como anteriormente referido, também todos os documentos foram disponibilizados na página institucional do Município na Internet.

Tanto presencialmente, como on-line, os cidadãos puderam aceder à Ficha de Participação Pública, para apresentação das suas observações, reclamações, sugestões ou pedidos de esclarecimento.



Entrada N.º
Data
Processo N.º

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Assunto: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Macedo de Cavaleiros

Requerente	
Nome:	BI nº:
Domicílio:	NIF
Freguesia: Código Postal _____ - _____	E-mail:
Profissão: Estado Civil:	
Na qualidade de: □ Proprietário □ Usufrutuário □ Locatário □ Superficiário □ Mandatário de_____ □ Titular do direito de uso e habitação □ Outra _____	Tel/Telm: Fax:

Pedido
Constituição como Interessado ---------- ☐
Apresentação de Contributos ---------- ☐

Mod.159.1 Página 1 de 2 Revisão: 1

Jardim 1º de Maio, 5340-218 Macedo de Cavaleiros •Tel. 278 420 420 • Fax. 278 426 243 • geral@cm-macedodecavaleiros.pt

Elementos Anexos	Nº Folhas
	_____ _____ _____ _____ _____

Pede Deferimento

Macedo de Cavaleiros, O(a) Requerente

Ass . _____

Mod.159.1 Página 2 de 2 Revisão: 1

Jardim 1º de Maio, 5340-218 Macedo de Cavaleiros •Tel. 278 420 420 • Fax. 278 426 243 • geral@cm-macedodecavaleiros.pt

FIG 8 FICHA DE APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS

4. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

4.1 Temas abordados na Sessão de Apresentação Pública

Após a apresentação à qual já fizemos atrás referência por parte do painel que constituía a mesa foi dada oportunidade a todos os presentes de usarem da palavra.

Registou-se a intervenção de 8 Cidadãos/Munícipes os quais colocaram e abordaram as questões que podemos agrupar da seguinte forma:

a. Financiamentos existentes para os proprietários privados de habitações no Bairro de S. Francisco – Esclareceu-se que o financiamento existente e as intervenções programadas são para as habitações municipais, sendo que está prevista a criação de linhas de crédito bonificadas para os privados mas que à data ainda não se sabe em que moldes;

b. Localização da central de camionagem (interface) – Problematizou-se sobre a melhor localização da mesma, tendo ficado a ideia transmitida pelo especialista em mobilidade, Rafael Montes, que a localização existente sempre será melhor e mais aconselhável, inclusive do ponto de vista das transportadoras com as quais já foi promovida uma reunião, do que qualquer outra no centro da cidade;

c. Benefícios fiscais – Pretendeu-se saber se os benefícios previstos abarcavam também terrenos rústicos e prédios destinados a comércio ou se eram apenas para habitação – Esclareceu-se que abrangem também o comércio e serviços e não só a habitação. Aconselhou-se ainda que antes da realização de qualquer obra o processo terá que ser iniciado no Município para se aferir de um conjunto de situações que depois se relacionam com a atribuição do benefício fiscal e seu montante em concreto;

d. “Centro Comercial Sem Paredes” – Sobre esta ideia transmitida pela mesa, foi a mesma questionada sobre se tal é exequível e em que se traduzia. Foi respondido que existem um conjunto de ideias que passam pelo marketing externo, pela dinamização das ruas comerciais e pela criação de produtos em conjunto com os comerciantes;

e. Reabilitação da antiga estação de caminho-de-ferro – Vários presentes salientaram que esta deveria também ser uma obra prioritária. Foi esclarecido que nem todos os

projetos considerados estruturantes neste Programa têm já o seu financiamento garantido, ficando, contudo, a garantia que se trabalhará nesse sentido, em especial aquando da revisão do PEDU em que se pensa poder vir a alocar verbas a outros projetos;

f. Falta de sinalização na Cidade – Informou-se que está-se a fazer um estudo sobre toda a sinalética;

g. Mercado Municipal – Foi manifestada a preocupação de saber-se para quando estão previstas as obras no Mercado Municipal e como se vão realojar os comerciantes existentes. Esclareceu-se que ainda não tem data prevista, sendo que o projeto e candidatura terão que ser apresentados até maio de 2017;

h. Foram ainda abordados e discutidos outros assuntos mas à margem da temática do PERU, tais como a reabilitação das aldeias, o comboio turístico até Mirandela e a ligação à Albufeira do Azibo.

4.2 Resultados da Participação Pública

Embora não tendo sido feito através da Ficha de Apresentação disponibilizada, foi apresentado por correio eletrónico, no último dia do Período de Discussão Pública, o contributo do munícipe João Emílio Pires Cardoso. No mesmo, expresso pela forma de documento anexo ao referido contacto com a designação “PERU Discussão Pública.pdf”, o munícipe tece considerações ao documento, fazendo uma avaliação cuidada e pormenorizada dos pontos por ele considerados importantes, destacados em 5 notas distintas.

De uma forma global, o munícipe congratula-se com a formulação do PERU de Macedo de Cavaleiros, entendendo como importante o “desenvolvimento de projeto de valorização do restante tecido urbano, contíguo à ARU”; Destaca que a Cultura deverá ter um papel mais abrangente na Estratégia Territorial;

De entre os Projetos Estruturantes evidencia: “Parque Urbano/Ribeira de Macedo”, referindo que “não é feita qualquer referência à envolvente urbanística desfavorável ao fundo do Jardim 1º de Maio” que, no seu entendimento, inviabiliza “uma ligação mais fluida”; “Pousada Estudantil”, onde entende que “deveria considerar-se o alargamento ao conceito ‘Pousada da Juventude’(…) na época alta turística”, juntando à função prevista; “Estação/Welcome Center”, considera que “além da ecovia prevista, será necessário não perder de vista a possibilidade de ligação à rede de alta velocidade ferroviária em Espanha”, considerando “incompreensível que

(…) num local onde se pretende instalar um centro de boas-vindas e um interface multi-modal, não esteja prevista a instalação do terminal rodoviário"; "Mercado Municipal", aponta que "não é proposta qualquer solução ou linha de pensamento para resolver este problema [ligação a outros pontos centrais da cidade], a não ser uma referência genérica a uma 'fácil ligação pedonal'"; "Avenida D. Nuno Álvares Pereira", chamando "a atenção para alguns fatores que complexificam a intervenção: a descaracterização ao longo do tempo de vários edifícios e fachadas e a intervenção recente consubstanciada no 'Monumento aos Combatentes'"; Programa Imaterial "Programa de Reabilitação Urbana", alerta "para a necessidade de que o procedimento administrativo seja rigoroso, afastando o informalismo e a falta de rigor nas diferentes etapas"; Programa Imaterial "Programa de Empreendedorismo Urbano", o munícipe considera que "falta um fator crítico para o sucesso desta iniciativa: a ligação ao ensino superior, nomeadamente ao universitário", referindo que o PERU não faz referência à situação do Instituto Piaget que, na sua ótica, "constitui um sério bloqueio à dinamização cultural e social da cidade".

A finalizar, o munícipe considera o prazo de execução da ORU "realista, mas paradoxalmente, demasiado longo", acrescentado que, por isso, e "com o contexto de esvaziamento demográfico actual (…), perde uma parte significativa da sua eficácia". Indica que os "projectos imateriais terão que avançar a um ritmo mais célere (…). Tal implica poder decisório da entidade promotora e capacidade de diálogo com os agentes promovidos", fator considerado "importante para a geração de um clima de confiança que permita a concretização do investimento privado previsto".

Salientando-se esta participação formal, com os contributos evidenciados, assim como uma sessão de apresentação que se traduziu numa salutar troca de ideias sobre o desenvolvimento futuro da Cidade de Macedo de Cavaleiros, tudo ponderado, não existem motivos para alterar o projeto de PERU de Macedo de Cavaleiros aprovado por unanimidade a 8 de agosto de 2016 em reunião ordinária da Câmara Municipal.

4.3 Parecer do IHRU

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJRU, o projeto de operação de reabilitação urbana foi remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., a 16 de agosto do corrente ano, por meio eletrónico, para emissão de parecer não vinculativo no prazo de 15 dias, nada tendo-se recebido até à presente data.

5. NOTA CONCLUSIVA

5 NOTA CONCLUSIVA

O procedimento de Discussão Pública do PERU de Macedo de Cavaleiros constituiu-se como uma extraordinária oportunidade de participação e intervenção direta dos cidadãos na tomada de decisão da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e consequentemente para o processo de construção e desenvolvimento do território.

Foram desenvolvidos todos os esforços por forma a envolver a população e registar o maior número possível de contributos dos cidadãos neste processo, o que reflete o caráter aberto e abrangente que a Câmara Municipal pretendeu trazer para o PERU de Macedo de Cavaleiros.

Registou-se uma participação formal, bem fundamentada e genericamente rica em ideias, assim como uma grande participação evidenciada na Sessão Pública de Apresentação, com múltiplas intervenções reveladoras do enorme sentido de pertença e da vontade de todos em fortalecer a cidade de Macedo de Cavaleiros.

Os contributos registados não implicam qualquer alteração ao projeto estratégico disponibilizado, e, de acordo com o artigo 17º do RJRU, entende-se que o PERU de Macedo de Cavaleiros deve ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da legislação em vigor.